



29mai  
2017



\* Renato Conchon

**Economista, pós-graduado em administração de empresas e MBA executivo em finanças. Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), responsável pela coordenação de projetos que envolvem o ramo do agronegócio. É Especialista em Finanças e Tributação.**

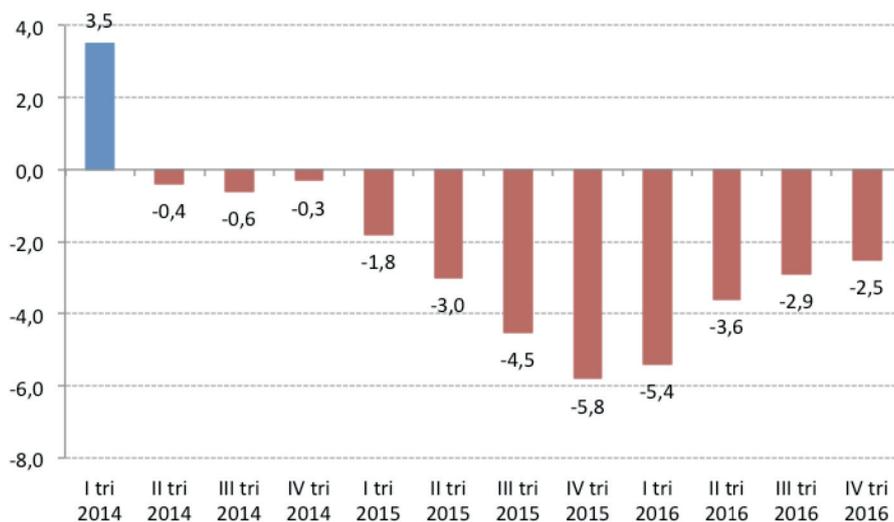
## Algo está errado por aqui...

Por Renato Conchon\*

E esta constatação não é nenhuma novidade para quem acompanha um pouco (só um pouco) os noticiários e os grandes números da nossa economia. Não é novidade nenhuma que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil caiu 3,6% em 2016, consolidando assim, em termos trimestrais (em relação ao mesmo período do ano anterior), a décima primeira retração seguida e colocando o país em depressão, pelo menos, econômica. (Gráfico 1)

No momento da divulgação do resultado consolidado de 2016, representantes do governo e algumas entidades afirmaram, “o início da retomada será o primeiro trimestre de 2017”, já me pergunto, será mesmo? A dura constatação é que essa retomada não está se dando em todos os setores da economia, mas apenas no setor agropecuário. A colheita da safra de verão, que é recorde, impactará (e muito) no indicador do PIB do primeiro trimestre de 2017, com efeitos estendidos ao longo do ano.

Gráfico 1: Taxa trimestral do PIB; em relação ao mesmo período do ano anterior



Fonte: IBGE Contas Nacionais Trimestrais, Elaboração do Autor.

Para o setor agropecuário, o fato é motivo de orgulho, e deve ser assim diante de sua importância para a economia e seus impactos sociais em todo país, entretanto, devemos lembrar que os demais setores da economia estão sofrendo e não estão conseguindo apresentar indicadores antecedentes ao PIB trimestral, tão bons como o agro. Isso se deve às medidas econômicas erradas tomadas no passado. Até este momento, o cenário de crescimento do PIB é muito semelhante ao de 2016 em toda economia. Setor agropecuário com resultados excelentes – seja por alta dos preços agropecuários, seja por safra recorde - e os demais setores sofrendo, ano após ano, impactos de medidas desastrosas.

Alguns dirão; “O Governo Federal está fazendo sua parte!” Com aprovação de medidas importantes junto ao Congresso Nacional, como a regra do teto dos gastos, a terceirização e a Lei de responsabilidade das estatais. Lembrando da necessidade da aprovação da reforma trabalhista, e da espinha dorsal das reformas, que é a reforma previdenciária, que atenderá ao anseio de reduzir os gastos com previdência no médio prazo. No exato momento da elaboração deste artigo, desenrolam-se as (últimas) notícias do envolvimento do atual governo em escutas comprometedoras. As acusações já se refletem na paralisação do Congresso Nacional quanto à tramitação das medidas que o mercado tanto espera.

A tão necessária Reforma da Previdência reduzirá o déficit do governo – que em 2017 está previsto em R\$ 139 bilhões – e na sequência, retomar o grau de investimento das agências de risco, depois, dólares entrando no país, muitos investimentos diretos na iniciativa privada, retomada de crescimento, redução do desemprego e aumento da renda real da população! Na teoria é isso!

Parte disso tudo realmente já aconteceu, mas até agora, na economia real das indústrias, no comércio, serviços, construção civil e para a população, os resultados ainda não chegaram, haja vista o número de empresas em processos de recuperação judicial, a taxa de desemprego elevada e a renda real da população ainda caindo. É importante lembrar que parte da retomada do crescimento deverá se dar por meio do aumento do consumo, a pergunta que fica é: Como aumentar o consumo das famílias se o rendimento real está caindo?

Essa queda no rendimento real se deve em partes, do fato de que o Governo Federal não reajustou a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 2017. Toda população, e também os produtores rurais, por exemplo, serão tributados pelo resultado da atividade rural, calculada sobre a tabela do IRPF desatualizada e com consecutivo aumento da carga tributária quando comparada ao último ano. É um aumento de carga tributária incidente sobre o setor que ainda apresenta algum resultado positivo para a economia.

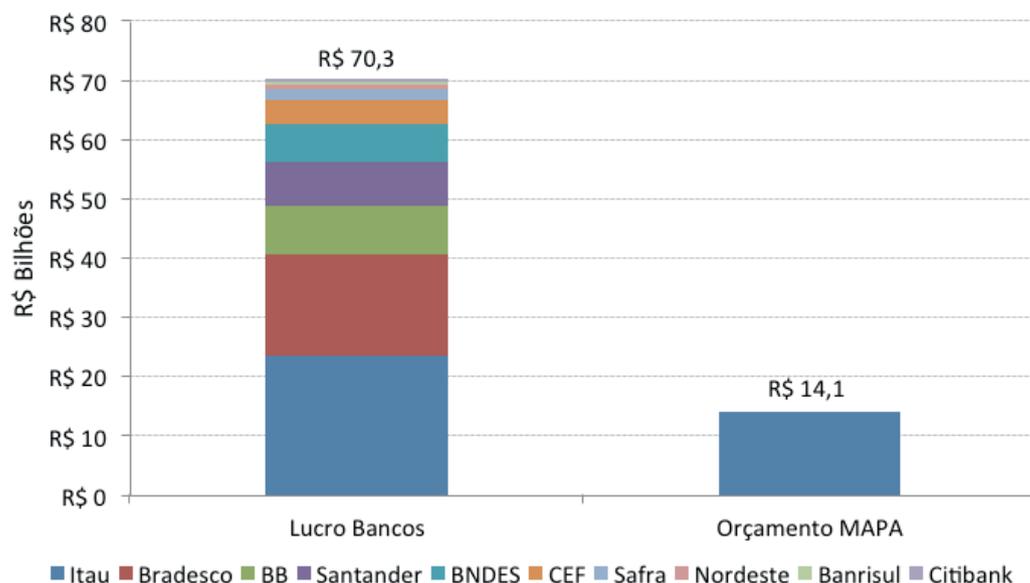
O setor produtivo brasileiro não apresenta crescimento substancial e continuará assim até o Governo Federal entender que tem que promover mais do que as medidas anunciadas até o momento. Tem que entender que não vai promover na economia um crescimento sustentável, com a presença de uma máquina estatal inchada e ineficiente, que impacta direta e negativamente no cenário econômico brasileiro.

Manter a inflação em patamares racionais e uma taxa de juros minimamente aceitável é obrigação do Governo Federal, não é virtude. Devo lembrar que a taxa de investimento, medida pela Formação Bruta de Capital Fixo sobre o PIB, está caindo sistematicamente desde 2013, e continuará assim até 2019! Isso em um cenário de queda da Selic! Esta queda cobrará seu preço no futuro, com queda no índice de produtividade, visto que esta variável é dependente da renovação de máquinas e equipamentos mais eficientes.

A Selic que nos últimos anos esteve em patamares quase que irracionais e, contribui para engordar os lucros do sistema financeiro brasileiro. Apenas para ter uma ideia, em 2016, o lucro líquido dos 10 maiores bancos brasileiros atingiu R\$ 70,361 bilhões, ou para quem gosta de fazer comparações, 5 vezes o orçamento do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA) no mesmo ano. (Gráfico 2) É importante destacar aqui que o setor financeiro fez exatamente o que seus investidores esperam e é assim em qualquer atividade econômica. Para que correr riscos desnecessários em um ambiente econômico adverso, ao passo que o Governo Federal remunera com taxas acima de qualquer investimento?!

Gráfico 2: Lucro Líquido dos maiores bancos brasileiros e Orçamento pago do Ministério da Agricultura



Fonte: Balanço Patrimonial dos Bancos (Lucro Líquido). Elaboração do Autor, Orçamento do Mapa pago em 2016. Siga Brasil;

Um fato que chama atenção no gráfico acima, não é apenas a diferença entre os montantes de recursos. O principal problema a ser observado não é o baixo recurso do MAPA, mas sim como estes recursos estão sendo gastos. Em 2016, 50,4% do total são gastos pagos, foram destinados para pessoal e encargos sociais e 3,9% com investimentos.

É com consternação que observamos que os investimentos públicos não serão prioridade este ano, mesmo em um ambiente de taxas de juros caindo, visto que os recursos da União estão comprometidos com folha de pagamentos e encargos sociais, ou para o pagamento de juros da dívida pública – que em 2016 somou R\$ 1,355 trilhão e em 2017 está previsto atingir R\$ 1,722 trilhão. Isso, em um orçamento total de R\$ 3,415 trilhões, ou seja, 52% do orçamento estão comprometidos com dívida. Lembrando que nos outros 48% do orçamento estão previstos os gastos com a Previdência Social (23%), Saúde (3,9%), Transporte (0,39%) Ciência e Tecnologia (0,24%). Por sua vez, os recursos destinados à Agricultura representam mínimos 0,77% do orçamento do governo.

Os desafios econômicos para 2017, sem entrar na seara política, não são poucos, a sociedade, o empresariado, e também os produtores rurais dificilmente encontrarão um ambiente econômico mais amigável ainda este ano. O desenrolar dos últimos acontecimentos políticos não irão se dissipar no curto prazo e já prejudica as tão esperadas aprovações das reformas, e seus desdobramentos positivos na economia brasileira.

Em 2018, lembramos que haverá a Copa do Mundo de Futebol na Rússia e as eleições presidenciais no Brasil, eventos que não colaboram com o crescimento econômico. Sendo assim, que venha logo 2019, ou então, remetendo ao título do artigo, que desta vez, apenas minha análise esteja errada... 🌱